

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2017

(Do Sr. Orlando Silva)

Requer a realização de audiência pública para debater a proposta de fim das isenções de contribuições à Previdência concedidas a entidades filantrópicas.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 24, combinado com o artigo 255 e artigo 32, XVIII, do Regimento Interno, Requeiro a realização de audiência pública para debater a proposta de fim das isenções de contribuições à Previdência concedidas a entidades filantrópicas Comissão Permanente, proposto nos debates realizados pelo relator da Reforma da Previdência, com as seguintes entidades:

- Cústódia Pereira – Presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas – FONIF
- Profa. Dra. Maria Amalia Pie Abib Andery Reitora da PUC-SP
- Carina Vitral – Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE

- Prof. Dr. Benedito Guimarães Aguiar Neto– Reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie
- Professor Vilmar Thomé - Presidente da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – Abruc
- Edson Rogatti – Presidente da Confederação das **Santas Casas** de Misericórdia, Hospitais e Entidades - CMB

JUSTIFICATIVA

O Deputado Federal Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), relator da reforma previdenciária, no decorrer dos debates da reforma da previdência, tem defendido o fim da isenção previdenciária concedida às entidades filantrópicas.

Ao defender o fim de tais isenções, o parlamentar ignora o contexto atual da realidade Brasileira, onde grande parte dos serviços de saúde, educação e assistência social são garantidos justamente pelas referidas instituições.

De acordo com as entidades, no entanto, o governo estaria dando um "tiro no pé" ao acabar com as desonerações. Uma pesquisa realizada pelo Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif) aponta que a cada R\$ 1 em isenções fiscais, essas entidades retornaram R\$ 5,92 em serviços de saúde, educação e assistência social. Por ano, essas organizações realizam em média 161 milhões de atendimentos nessas três áreas. Ainda segundo o Fórum, que representa 9 mil instituições filantrópicas do país, essas entidades são responsáveis por 53% dos atendimentos pelo SUS e 62,7% dos relativos à assistência social no Brasil.

No caso da saúde, de acordo com levantamento feito pelo FONIF, 53% dos atendimentos do SUS são feitos por organizações sociais.

Vale lembrar que as isenções concedidas garantem também o acesso à educação a milhões de alunos, assegurando ainda serviços socioassistenciais para inúmeras famílias. Citamos a título de exemplo, que apenas no estado de São Paulo, são mais de 60 mil pessoas com deficiência intelectual e múltipla atendidas pelas APAES nas áreas da assistência social, educação e saúde. Tais atendimentos estarão altamente comprometidos, talvez até fadados à extinção se as organizações tiverem que pagar a cota patronal para o INSS, além da expressiva contrapartida para a efetivação dos serviços ofertados.

Com tal medida a proposta de reforma da previdência agrava as perdas aos trabalhadores, mais pobres e de menores rendas, aos trabalhadores rurais, às trabalhadoras, aos mais idosos, aos com deficiência, aos acidentados ou com doenças graves.

Sala da Comissão, _____ de _____ de 2017

ORLANDO SILVA
Deputado Federal
PC do B-SP